



CCAM
DOURO E CÔA

**PLANO
DE
ATIVIDADES**

SUMÁRIO
EXECUTIVO

20
19



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	3
2. PRINCIPAIS OBJETIVOS PARA 2019	5
2.1 ÁREA COMERCIAL	5
2.2 ÁREA DE ANÁLISE DE RISCO E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO	10
2.3 ÁREA DE SUPORTE	11
2.4 COMPLIANCE	12
2.5 GESTÃO DE RISCOS	13
2.6 AUDITORIA INTERNA	15
2.7 SERVIÇOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS	16
2.8 PREVISÕES FINANCEIRAS	16
2.9 EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS RÁCIOS	17
3. MAPAS	20
3.1 BALANÇO PREVISIONAL	20
3.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	21
4. PARECER DO CONSELHO FISCAL	22

1. INTRODUÇÃO

No exercício de planeamento de 2018, referia-se, neste espaço de introdução, que para o corrente ano dois acontecimentos criavam algumas incertezas. Referia-se a incerteza sobre a evolução das negociações sobre o “Brexit” e a imprevisibilidade política do Presidente da maior economia do Mundo, Donald Trump.

Um ano volvido, podemos repetir as mesmas dúvidas sobre o rumo que tais incertezas registarão, não de uma forma tão embrionária, mas considerando as evoluções registadas durante 2018.

Quanto ao “Brexit”, o Governo do Reino Unido e as Instâncias Europeias chegaram recentemente a um texto final para o acordo de saída do Reino Unido da União Europeia. Contudo, o conteúdo do documento está a ser muito contestado pelos deputados que suportam o Governo em funções, pelo que, ainda hoje não existem certezas sobre o desfecho final desde tema.

Relativamente à imprevisibilidade da política externa norte americana, durante 2018 assistiu-se a alguns desenvolvimentos, como sejam os episódios que já são designados como “guerra comercial” entre os Estados Unidos e a China. As consequências das tarifas que foram sendo criadas ao longo de 2018 por ambos os lados na economia global ainda não são realmente quantificáveis, contudo é certo que a manterem-se terão impacto nos níveis de crescimento mundial.

Durante 2018 juntou-se, aos elementos já referidos, mais um fator de incerteza na realidade europeia. Em março de 2018 a Itália teve um ato eleitoral do qual saiu um Governo de coligação cuja ideologia se pode considerar nacionalista e antieuropeísta. Esta visão é consubstanciada no orçamento para 2019 que foi recentemente entregue nas Instâncias Europeias, o qual não cumpre com as regras orçamentais definidas para os vários Estados-Membro.

Apesar dos riscos e incertezas descritas a economia europeia deverá ter um registo positivo ao longo de 2018, sendo esperado um crescimento económico da Zona Euro deverá cifrar-se em 2,2%. Este desempenho positivo da economia da Zona Euro tem-se também refletido em Portugal sendo esperado para 2018 um crescimento de 2,3% de acordo com as últimas previsões do Banco de Portugal.

Ainda do ponto de vista nacional, a execução orçamental de 2018 está em linha com o esperado, contribuindo para uma nova redução do valor do défice das contas públicas, realidade que terá motivado os partidos apoiantes da atual solução governativa para um novo acordo para o Orçamento de Estado de 2019.

O próximo ano será de eleições europeias e legislativas, com destaque para estas últimas, uma vez que delas depende a configuração da composição da Assembleia da República e,

consequentemente, da solução governativa que se desenhará. Independentemente da solução a ser encontrada, mas importante que a sua composição é a estabilidade política que a mesma conseguirá manter, dado que terá sido essa estabilidade, aliada à boa conjuntura externa, que orientou Portugal para o ciclo de crescimento económico que tem vivido.

O melhor desempenho económico nacional e europeu levou a que o Banco Central Europeu (BCE), fosse reduzindo os limites do seu programa de Quantitative Easing sendo também previsível que o mesmo venha a terminar no final de 2018.

Apesar do encerramento do programa de compra de ativos por parte do BCE 2019, à semelhança de 2018, deverá continuar a ser um exercício no qual o principal indexante das operações de crédito, nos vários prazos, deverá continuar a registar valores negativos.

Esta realidade, associada à contração esperada do mercado de crédito em Portugal, deverá continuar a manter a pressão sobre a margem financeira das instituições financeiras, sendo expectável que mantenha o ritmo de decréscimo dos últimos anos.

Assim, as previsões apontam para um ligeiro decréscimo nas condições de exploração, com a Margem Financeira a cair, previsivelmente, 7,2% e o Produto Bancário a reduzir 4,7%. Nestes termos o Resultado Bruto de Exploração deverá registar uma quebra de 17% face ao período homólogo, valor que ainda assim poderá ser considerado positivo tendo em conta as atuais condições de exploração da CCAM.

A evolução financeira prevista para 2019 deverá permitir a prossecução de um dos principais objetivos da CCAM, a intervenção social, permitindo canalizar recursos para continuar a apoiar as mais variadas instituições que recorrem ao nosso apoio e as quais, na medida do possível, vão sendo apoiadas.

O presente documento, com todos os capítulos que o compõem, visa apresentar as principais expectativas para 2019, aqui resumidas, para o Crédito Agrícola e para as principais áreas da CCAM, sendo um documento que uma vez mais é construído com base na prudência e no otimismo em dose quanto baste.

2. PRINCIPAIS OBJETIVOS PARA 2019

2.1 ÁREA COMERCIAL

Depois de apresentados os principais objetivos estratégicos, importa perceber de que forma, do ponto de vista operacional, tais escolhas influenciarão os principais indicadores comerciais.

A simples existência de um objetivo não implica forçosamente o seu cumprimento, em especial tendo em conta o atual nível de competitividade existente no mercado bancário. Para assegurarmos níveis de concretização em linha com o desejado será necessário, a nível local, implementar um conjunto de medidas operacionais, plano de ação, que simplifique e oriente a atividade comercial. Neste âmbito as nossas principais linhas de orientação, serão as seguintes:

1. Conquista de quota de mercado, designadamente nos concelhos de Vila Nova de Foz Côa e Mêda, através do apoio e celebração de protocolos com IPSS`s, bem com empresas de maior representatividade e intervenção nos concelhos de atuação da Caixa Agrícola, com o objetivo principal de captação de recursos e crédito, aumento de carteira de seguros e abertura de conta dos funcionários;
2. Tornar a Caixa Agrícola o principal parceiro de negócio dos nossos clientes e continuar a apostar na sua fidelização, através do aumento da dinâmica dos contactos de proximidade e acompanhamento presencial a clientes, adequando a oferta de produtos às suas necessidades e melhorando a qualidade e a celeridade da prestação dos serviços;
3. Rejuvenescimento da nossa carteira de clientes, através da promoção de atividades junto das escolas, dando a conhecer a instituição bem como os nossos produtos e serviços;
4. Valorização dos nossos clientes empresas através da atribuição e/ou renovação do estatuto PME Líder;
5. Tornar os nossos clientes particulares fãs do Crédito Agrícola, através de ações de Marketing de Relacionamento.

Captação de Recursos

As perspetivas do BCE para a evolução das taxas de juro são de manutenção em mínimos históricos pelo menos até ao Verão de 2019. Prevendo-se que em Setembro do próximo ano, a

taxa de juro de curto prazo (Euribor a 3 meses) deverá exibir um perfil ligeiramente ascendente, embora se mantenha em níveis baixos".

Esta realidade exercerá pressão sobre a margem financeira, mantendo as taxas de remuneração dos produtos de captação de recursos tradicionais, Depósitos a Prazo e Poupanças, em níveis historicamente baixos.

Este baixo nível de rentabilidade esperado para o tipo de produtos atrás referido, levou a um ajustamento em baixa sobre a perspectiva de crescimento, apenas 0,2%, estando previsto um maior contributo dos Depósitos à Ordem para o aumento dos recursos captados registados no balanço (15,1%).

Recursos	31-12-2017	Estimativa 2018	Taxa Cresc. Estimada 2018	Objetivo 2019	Objetivo Cresc 2019	Objetivo Taxa Cresc 2019
Depósitos à Ordem	35 112 442	37 542 961	6,9%	43 225 376	5 682 415	15,1%
Depósitos a Prazo + Poupanças	62 014 171	63 900 006	3,0%	64 024 693	124 687	0,2%
Total Depósitos	97 126 613	101 442 967	4,44%	107 250 069	5 807 102	5,72%

O nível de captação de recursos esperado é o necessário para podermos manter a capacidade de continuar a apoiar os nossos clientes e associados nos seus investimentos, mantendo níveis de transformação aceitáveis face ao normativo da Caixa Central.

Apesar da atual realidade de remuneração dos recursos nos produtos tradicionais, o nosso compromisso de apoiar os clientes na procura das melhores remunerações com o menor risco continua inalterado, uma vez que o Crédito Agrícola tem desenvolvido soluções de investimento alternativas muito positivas, capazes de assegurar tal objetivo.

Crédito

Nos últimos dois anos a rentabilidade dos Bancos ficou muito condicionada da sua capacidade de melhorar os níveis de transformação, uma vez que o mercado interbancário é praticamente inexistente por consequência da atual política de intervenção no mercado do BCE. Em 2019 espera-se o aumento da carteira de crédito mantenha níveis de rentabilidade aceitáveis, pelo deveremos continuar a assistir a uma enorme concorrência no mercado de crédito entre as várias instituições do mercado.

Contudo, tendo em consideração o aumento acentuado dos níveis de crédito ao consumo verificado em 2018, face aos últimos anos, tronou-se fundamental a vigilância na evolução do crédito à economia, por forma a serem evitados os excessos do passado.

O crédito a particulares, em especial o crédito ao consumo, passou a ser seguido com muita atenção para evitar que os bancos não assumam riscos excessivos nos novos créditos e que os clientes tenham capacidade de pagar as dívidas.

Em janeiro de 2018, entrou em vigor o quadro normativo comum no espaço da União Europeia com vista a assegurar um nível adequado de tutela dos interesses dos consumidores que celebram crédito hipotecário, potenciando o desenvolvimento de um mercado de crédito mais transparente, eficiente e competitivo dentro do mercado interno.

As regras do Banco de Portugal, impostas com a entrada em vigor do Decreto-Lei 74-A, em janeiro de 2018, impõem regras à concessão de novos créditos à habitação e ao consumo, estabelecendo limites no nível de rendimento que as famílias podem dispor para pagar prestações dos empréstimos bancários.

Também o agravamento do Imposto Selo dos Créditos a Consumidores, para 2019, é considerado como uma medida de travar os excessivos níveis de concessão de crédito que se têm verificado.

Tendo em conta o exposto, e analisando o histórico dos últimos exercícios da CCAM do Douro e Côa, apresenta-se uma expectativa positiva para o crescimento da carteira de crédito em 2019 (0,61%).

Crédito	31-12-2017	Estimativa 2018	Taxa Cresc. Estimada 2018	Objetivo 2019	Objetivo Cresc 2019	Objetivo Taxa Cresc 2019
Habitação	16 954 336	17 769 997	4,8%	18 084 770	314 773	1,8%
Crédito a Particulares	1 113 270	3 698 928	232,3%	3 724 419	25 491	0,7%
Crédito à Tesouraria	8 084 898	5 144 249	-36,4%	5 161 519	17 270	0,3%
Crédito ao Investimento	52 583 803	52 957 498	0,7%	53 090 441	132 943	0,3%
Total Crédito	78 736 307	80 688 491	0,02	81 178 968	490 477	0,61%

O maior contributo relativo para o crescimento da carteira é expectável que seja dado pelo crédito habitação (1,8%).

O contributo solicitado pela Caixa Central à CCAM do Douro e Côa é menor do que nos anos anteriores, dada a introdução de um novo modelo de objetivos comerciais, o qual considera as quotas de mercado atuais, o rácio de transformação e o desempenho obtido face à média do mercado.

Nesta perspetiva podemos considerar positivo a redução dos objetivos comerciais de crédito, uma vez que tal redução implica que a CCAM tenha uma quota de mercado superior à média, que possui um rácio de transformação equilibrado e que tem crescido, nos últimos anos, acima da média de mercado.

Do ponto de vista do *funding* a CCAM do Douro e Côa continuará a assegurar os níveis de liquidez necessários para garantir o apoio financeiro a todos os projetos viáveis que lhe venham a ser apresentados pelos seus associados e clientes.

Atividade Seguradora

Tendo em conta as condições de mercado já referidas anteriormente, marcadas por taxas historicamente baixas, a CA Vida mantém a decisão de suspensão da comercialização dos produtos de capitalização pela dificuldade que se prevê em rentabilizar os capitais nas atuais condições de mercado.

Como consequência desta decisão, para o exercício de 2019, a CA Vida continua a não apresentar objetivo comercial para os produtos de capitalização, sendo, contudo, compromisso da companhia a retoma da sua comercialização logo após a existência de condições no mercado de capitais.

Dando continuidade ao objetivo de rejuvenescimento da carteira de clientes e de negócios com potencial de crescimento, a eles não podia deixar de estar associada a necessidade de dinamização da venda cruzada, nomeadamente de produtos seguradores como soluções de proteção do negócio.

Através da dinamização da venda cruzada de produtos seguradores, como ferramenta de suporte ao crédito e fidelização de clientes, prevê-se um crescimento na carteira de seguros de ramo vida (produtos de cobertura de risco) em cerca de 2,34% face ao estimado para 2018.

Atividade Seguradora	31-12-2017	Estimativa 2018	Taxa Cresc. Estimada 2018	Objetivo 2019	Objetivo Taxa Cresc 2019
Ramo Real					
Automóvel	43 682	45 670	4,6%	46 607	2,1%
Habituação	10 487	11 631	10,9%	11 927	2,5%
CA Saúde	10 932	14 136	29,3%	14 016	-0,8%
CA Clinicard	12 593	13 106	4,1%	13 221	0,9%
Outros Produtos	54 396	53 257	-2,1%	53 723	0,9%
Total Seguros Não Vida	132 090	137 800	4,32%	139 494	1,23%
Ramo Vida					
Capitalização	0				
Risco	30 942	28 038	-9,4%	28 695	2,3%
Total Seguros Vida	30 942	28 038	-9,39%	28 695	2,34%

Do ponto de vista dos produtos do ramo real, pelo quadro acima verificamos que globalmente o contributo solicitado à CCAM do Douro e Côa é 1,23%% superior ao valor estimado para o final de 2018. Contudo, como neste tipo de produtos se avalia a produção nova e não os prémios comerciais emitidos, este valor não significa que se perca quota de mercado, mas sim que o seu crescimento seja a ritmo menos acelerado que nos anos anteriores.

Tendo em conta o atual estado de suspensão da comercialização dos produtos de capitalização, a qual originou uma maior procura pelas aplicações disponíveis, tendo saído beneficiado o Fundo de Pensões na produção realizada ao longo de 2017 e 2018. Acresce também que neste tipo de produto os objetivos são estabelecidos em produção nova e considerando o esforço efetuado em

2018, para 2019 estima-se uma redução de 22,9%, na produção nova de Fundos de Pensões, face ao crescimento em produção nova estimado para 2018 (53,1%).

Fundo de Pensões	31-12-2017	Estimativa 2018	Taxa Cresc. Estimada 2018	Objetivo 2019	Objetivo Taxa Cresc 2019
Fundos de Pensões	117 464	179 810	53,1%	138 556	-22,9%

Restantes Produtos de Venda Cruzada

A estratégia na dinamização da oferta de produtos aos clientes, como forma de melhorar o nível de fidelização, mantém-se com as várias empresas do Grupo Crédito Agrícola como intermediação de vários produtos (leasing mobiliário, fundos de investimento mobiliário e fundos de investimento imobiliário) com intuito de alargarmos a oferta de produtos aos nossos clientes garantindo a satisfação da totalidade das suas necessidades financeiras.

Pelas razões anteriormente apresentadas, referentes à baixa remuneração de depósitos a prazo e poupanças, é expectável que os clientes foquem as suas atenções noutra tipo de produtos cujo retorno seja mais atrativo com baixos níveis de risco, estimando-se assim um crescimento de 5,4 % na subscrição em Fundos de Investimento Mobiliário.

Fundos de Investimento	31-12-2017	Estimativa 2018	Taxa Cresc. Estimada 2018	Objetivo 2019	Objetivo Taxa Cresc 2019
Mobiliário	3 948 347	3 227 251	-18,3%	3 400 633	5,4%

No que respeita à contratação de produtos de Leasing, o crescimento esperado (1,5%) é inferior ao de 2018, uma vez que nos últimos dois anos se verificou um largo aumento da quota de mercado para este tipo de produto.

Leasing	31-12-2017	Estimativa 2018	Taxa Cresc. Estimada 2018	Objetivo 2019	Objetivo Taxa Cresc 2019
Mobiliário	534 225	655 940	22,8%	665 461	1,5%

Num mundo movimentado à velocidade da evolução das novas tecnologias, não é de estranhar que as nossas atividades diárias sejam, cada vez mais, realizadas via Internet.

O Online é um serviço de Internet Banking dirigido aos clientes Particulares e clientes Empresas titulares de Contas à Ordem domiciliadas no Crédito Agrícola, os quais a partir de um computador

com acesso à Internet, têm a possibilidade de realizarem consultas e transações financeiras, 24 horas por dias e em qualquer parte do mundo.

A adesão ao serviço Online, disponibilizado pelo Crédito Agrícola, tem reunido um grande número de clientes satisfeitos, estimando-se que em 2019, a adesão ao serviço Online Particulares cresça 15,3%, para 3.955 adesões de clientes particulares.

Banca Digital	31-12-2017	Estimativa 2018	Taxa Cresc. Estimada 2018	Objetivo 2019	Objetivo Taxa Cresc 2019
Online Particulares	2 956	3 401	15,1%	3 955	16,3%
Terminais de Pagamento Automático	69	85	23,2%	108	27,1%

O serviço de Terminais de Pagamento Automático (TPA's), direcionado para Comerciantes, tem a vantagem de modernizar o negócio disponibilizando aos seus clientes mais uma forma de pagamento.

A Rede CA&companhia é um serviço de Acquiring disponibilizado pelo Crédito Agrícola, que permite aos Comerciantes, aceitarem pagamentos eletrónicos nos TPA's, com cartões das marcas internacionais VISA e MasterCard, nas vertentes débito e crédito, para além da marca nacional Multibanco.

A adesão ao serviço de TPA's dos clientes comerciantes desta CCAM já é significativa, e estima-se um aumento de 27,1%, cerca de mais 23 equipamentos de TPA's instalados em para 2019.

2.2 ÁREA DE ANÁLISE DE RISCO E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

É inevitável o reforço dos mecanismos de acompanhamento preventivo do crédito procurando evitar o incumprimento, bem como na procura de soluções viáveis que minimizem a existência de elevados níveis de imparidade na carteira de crédito.

Assim no que respeita ao acompanhamento da carteira de crédito teremos que consolidar os procedimentos do normativo de acompanhamento de crédito, melhorando a informação existente sobre os processos em curso, permitindo prever indicadores de risco que possam conduzir a melhores decisões de crédito e, eventualmente, antecipar algumas dificuldades dos clientes facilitando tomada de medidas tempestivas.

Este acompanhamento é cada vez mais importante também para a gestão do nível de crédito vencido, sendo que a principal barreira que encontramos está relacionada com a dificuldade que temos relativamente à dimensão da estrutura de colaboradores, a qual torna muito difícil a afetação de recursos a estas novas necessidades/obrigações.

Crédito Vencido

Tendo em conta as expectativas de crescimento residual do volume de crédito a conceder no ano de 2019, bem como a previsão da manutenção dos montantes de crédito vencido para o mesmo período, a CCAM espera poder vir a manter o mesmo nível de rácio de crédito vencido esperado já para o final do corrente ano, ou seja, de 3,6%, conforme o quadro que se segue:

Crédito Vencido	31-12-2017	Estimativa 2018	Taxa Cresc. Estimada 2018	Objetivo 2019	Objetivo Taxa Cresc 2019
Credito Vencido Total	4.354.712	2.980.468	-31,6%	2.979.124	0,0%
Rácio de Crédito Vencido	5,2%	3,6%	-30,2%	3,6%	0,0%

A manutenção do rácio de crédito vencido abaixo do previsto no normativo definido pela Caixa Central (<5%) assentará essencialmente no acompanhamento diário das situações de crédito vencido, estimulando a vigilância da equipa comercial, através da utilização da aplicação interna denominada "CollectionsBox", bem como a intensificação de contactos por parte da equipa de suporte. O propósito de intensificar a intervenção complementar desta equipa é essencialmente contribuir para a regularização das situações em mora, propondo inclusivamente alternativas de resolução com recurso a reestruturações das operações, com vista à diminuição do recurso à via judicial e, por conseguinte, de gastos gerais administrativos associados.

De forma a manter apertada a vigilância do crédito vencido, e dando cumprimento ao Normativo de Recuperação de Crédito, a Área de Risco e Recuperação de Crédito dará cumprimento à elaboração dos relatórios de acompanhamento do crédito vencido e de contencioso, com a periodicidade mensal, de forma a manter atualizada toda a informação relevante e permitir eventual redefinição do plano de recuperação a seguir.

2.3 ÁREA DE SUPORTE

O próximo exercício deverá continuar a ser marcado por uma grande pressão sobre a rentabilidade das instituições financeiras, pelo que o contributo da Área de Suporte neste indicador será dado pela via do controlo de custos de funcionamento e pela otimização dos processos operativos por forma a manter os atuais níveis de rentabilidade.

No que respeita às atividades de Back Office de Operações Gerais, vai dar-se continuidade aos controlos operacionais por forma a melhorar a qualidade no processamento das operações e a atualização da informação da base de dados de clientes. Neste processo terá que forçosamente

estar presente o objetivo de melhorar a eficiência global da Caixa através da melhoria dos processos transversais, melhorando a qualidade do trabalho efetuado à primeira tentativa evitando desperdícios.

Fruto das várias alterações esperadas e da cada vez maior complexidade do negócio e das operações realizadas, o Conselho de Administração da CCAM do Douro e Côa continua a considerar imprescindível acompanhar estas situações com a necessária formação dos colaboradores, garantindo a sua adaptabilidade às novas realidades e exigências.

2.4 COMPLIANCE

Tal como descrito no Aviso n.º 5/2008 do Banco de Portugal, nomeadamente no Artigo 17.º, «As instituições devem estabelecer e manter uma função de "Compliance" independente, permanente e efetiva, para controlar o cumprimento das obrigações legais e dos deveres a que se encontram sujeitas».

Seguindo esta macro orientação, cabe ao Compliance divulgar e manter atuais todo o conjunto de as políticas, normativos, códigos e manuais, que resumem os procedimentos, princípios e boas práticas a seguir na prossecução dos objetivos da Instituição.

Facilmente verificamos a abrangência desta Área que face à complexidade e amplitude dos temas celebra uma forte articulação com a Direção de Compliance da Caixa Central.

Só assim e em grande maioria das matérias as orientação são similares para o Grupo CA em geral, e para a Caixa em particular, bem como as ferramentas informáticas e os procedimentos operacionais que a função exige.

De facto, a função compreende um vasto conjunto de temas transversais a todo o negócio e atividades da Instituição, dos quais destacamos de modo genérico os seguintes temas:

1. O cumprimento da Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo;
2. A investigação e Prevenção da Fraude;
3. O acompanhamento de reporte Prudencial e Comportamental;
4. Zelar e verificar a atualização de informação de Clientes e de Contratos;
5. Velar pelo cumprimento regulamentar especialmente no Contratos de Crédito, nas suas diferentes formalidades;

6. Acompanhar a marcação de Crédito Reestruturado e o Incumprimento de Crédito, principalmente na regularização extrajudicial (PARI/PERSI).

De notar a importância da disponibilização de uma nova ferramenta informática (SmartPBC) que vai possibilitar de forma agregada e com base em cenários comportamentais acompanhar esta matéria e mitigar os riscos associados. Possibilitará também um registo mais proveitoso de todos os 'deveres' no âmbito desta matéria, bem como a partilha e uniformização de tratamento de alertas sobre potenciais casos e de casos efetivos onde o Compliance tem um dever e um papel fulcral.

No que diz respeito à participação e colaboração ativa na realização Anual do Relatório do Controlo Interno (RCI) na identificação deficiências e sugestão de melhoria no âmbito do Sistema de Controlo Interno, há que mencionar a nova plataforma (MetricStream) que possibilitará a inserção de deficiências e não conformidades detetadas nas diferentes áreas de negócio da Instituição, cuja deteção é proveniente da própria Caixa, da Direção de Compliance da Caixa Central, do Auditor Externo, do Revisor e/ou do Supervisor.

Este mecanismo, bem como a sua criticidade, impactos, plano de correção e responsáveis pelo acompanhamento e resolução, de facto que contribuirá para uma correta caracterização e monitorização destas insuficiências, o devido enquadramento (se de resolução local, se do Grupo CA) e o respetivo reporte consolidado.

2.5 GESTÃO DE RISCOS

Em conformidade com o Aviso n.º 5/2008 do Banco de Portugal, particularmente no que respeita ao Artigo 16.º, «As instituições devem estabelecer e manter uma função de gestão de riscos, responsável por» assumir «como principal desígnio a aplicação efetiva do sistema de gestão de riscos, assegurando o acompanhamento contínuo da sua adequação e eficácia e, portanto, a monitorização do mesmo ao longo do tempo, bem como a identificação e implementação das medidas para corrigir eventuais deficiências desse sistema no âmbito do controlo interno.»

Em ligação com a Direção de Risco Global da Caixa Central, a quem cabe organizar os trabalhos no âmbito do Grupo CA, promover e desenvolver as plataformas e programas transversais a utilizar na função de Gestão de Riscos por forma a assegurar que um trabalho profícuo no acompanhamento de indicadores e limites de exposição aos diferentes tipos de risco incorporados na atividade regular da Instituição.

Sempre que se verifiquem alterações significativas na estratégia corporativa ou nas expectativas face ao contexto macroeconómico e/ou do sector, o sistema de Gestão de Riscos deve assegurar

que as ultrapassagens dos limites são transmitidas ao nível hierárquico superior e adequadamente monitorizadas e inspecionadas, sendo esse o seu principal desígnio – manter um nível de equilíbrio aceitável para o binómio Risco / Rendimento.

Enquanto instrumento da gestão integrada, a função risco promove diferentes ações específicas de monitorização para os riscos materiais e situações específicas identificadas, refletidas num conjunto de tarefas, em articulação com as diferentes unidades orgânicas especializadas e salvaguardando as orientações estabelecidas ao nível do Grupo, nomeadamente propor, elaborar, rever, difundir, controlar e verificar o cumprimento, principalmente, das seguintes matérias:

1. Principais riscos na perspetiva de avaliação da política global de apetite e tolerância ao risco e, portanto, definição do perfil de risco;
2. Indicadores do perfil de risco e limites aplicáveis a cada tipologia de risco;
3. Medidas corretivas face a desvios aos limites definidos;
4. Análises e avaliações sobre as posições em risco;
5. Políticas de crédito globais e modelos de avaliação de risco de crédito, bem como a concentração (individual e/ou grupo) de risco de crédito;
6. Qualidade e performance da carteira de crédito por segmentos, especificamente os níveis de crédito vencido, em risco, não produtivo, reestruturado e níveis de recuperação;
7. Imparidades da carteira de crédito (análise individual e coletiva);
8. Composição global da carteira, entre outros, por notação de risco, por maturidade, colateral (e grau de cobertura), cliente, produto, setor de atividade e consumo de capitais;
9. Aspetos legais e regulamentares com reflexo no desenvolvimento da atividade e avaliação do impacto de novas disposições regulamentares, bem como resultados de inspeções internas ou externas no que respeita à análise dos procedimentos e práticas instituídas na gestão de riscos;
10. Posição de solvabilidade – fundos próprios e requisitos de capital;
11. Consumo de capital por classes de risco e ponderação;
12. Grandes riscos e respetivos limites;
13. Alterações e melhorias ao normativo interno com base em iniciativas/ projetos especializados no âmbito da função risco.

Por fim, e com base no seu programa de trabalho, prover o contributo essencial em sede de Relatório do Controlo Interno (RCI), com periodicidade anual, na identificação deficiências e sugestão de melhoria no âmbito do Sistema de Controlo Interno, aproveitando a nova plataforma (MetricStream) que possibilitará a inserção de deficiências e não conformidades detetadas.

2.6 AUDITORIA INTERNA

No exercício das suas competências, a função de auditoria interna deve ser objetiva e independente, constituindo a terceira linha de defesa no processo de gestão de risco, examinando e avaliando a adequação e a eficácia das diversas componentes do sistema de controlo interno da instituição, emitindo recomendações baseadas nos resultados das avaliações realizadas e acompanhando a mitigação das deficiências detetadas nas ações de controlo.

Com a entrada em vigor do Aviso nº 2/2018 do Banco de Portugal, que entrou em vigor no passado dia 10 de Novembro de 2018, vem introduzir um o "TITULO III" destinado exclusivamente ao Sistema Integrado de Crédito Agrícola Mútuo, definindo regras e procedimentos específicos para as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo ("CCAM") que fazem parte do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo ("SICAM"), em articulação com a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo ("Caixa Central").

O conteúdo do "TITULO III" traduzido em Capítulos e por sua vez em Artigos, vem definir o sistema de controlo interno comum ao SICAM, onde se encontra inserida a Função de Auditoria Interna.

Neste seguimento e à semelhança dos anos anteriores, constituem objetivos da Auditoria Interna, proceder à monitorização contínua da atividade da CCAM, nas diversas Áreas de Atividade (Banca Comercial, Banca de Retalho e Áreas de Suporte), assim como realizar as ações de Auditorias Comuns do SICAM e promover Auditorias Específicas que se venham a verificar necessárias e relevantes de acordo com os riscos identificados, pela CCAM.

Para o ano de 2019, pretende-se que a aplicação informática adquirida pelo Grupo Crédito Agrícola para o SICAM, seja utilizada na sua plenitude, de modo a poder responder às necessidades das três Funções de Controlo, (Auditoria, Compliance e Gestão de Risco), dando a assim resposta de uma forma consistente e célere a determinações regulamentares e legais.

2.7 SERVIÇOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS

Os resultados obtidos e a elevada procura para as sessões de esclarecimento que têm sido realizadas motiva-nos a continuar com o programa iniciado ainda em 2015, ao longo de 2019. Continuaremos a desenvolver as sessões sobre temas específicos e de interesse generalizado, contribuindo para divulgação de informação de interesse aos vários agentes. Tendo em conta o atual modelo, deverão ser realizadas 4 sessões de esclarecimento durante 2019, cujos temas esperamos que continuem a despertar o interesse dos vários destinatários.

Aproveitando a experiência adquirida no passado, durante 2019 será novamente realizado um plano de formação na área agrícola, em especial para dar resposta às exigências formativas que se verificam como consequência das alterações legislativas, nomeadamente na área de Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos e da Segurança na Operação de Máquinas Agrícolas.

A título interno, manteremos a aposta no novo modelo de organização que prioriza a relação e a proximidade com o cliente. Com este novo modelo pretende-se que venha ser criada uma figura de “gestor de conta” para a relação dos agricultores com os serviços técnicos, esperando que desta forma se desenvolva maior proximidade tratando dos assuntos com o mesmo técnico.

2.8 PREVISÕES FINANCEIRAS

Dado que expectavelmente se manterão as medidas de intervenção do BCE no mercado, estima-se que fruto da grande oferta de liquidez, também no próximo ano se irá assistir a uma realidade de taxas muito baixas, pelo menos até setembro de 2019, a praticar nas operações de financiamento a realizar.

Apesar da pouca margem existente para acomodar novas descidas, também as taxas de remuneração dos recursos de clientes se manterão muito baixos.

Enquadrada neste cenário, a CCAM do Douro e Côa deverá registar as mesmas dificuldades na obtenção de margem financeira, estando prevista uma redução de 7,22%, justificada essencialmente pela redução de 7,51% na rubrica “juros e proveitos similares”.

A margem complementar deverá registar um comportamento em contrário com o dos últimos exercícios, esperando-se um aumento neste indicador de 2,42%, sendo este resultado justificado pelo aumento da carteira de crédito.

Apesar do comportamento positivo esperado para a margem complementar, este crescimento não será suficiente para contrariar a já referida redução da margem financeira, estando previsto uma redução de 4,75% no produto bancário.

Os custos de funcionamento apresentam uma previsão de crescimento de 2,02%, justificados essencialmente pelo aumento previsto com os Custos com Pessoal (4,37%).

A estrutura do balanço deverá registar um aumento de 6,5%, o qual se justifica pelas previsões de crescimento para a carteira de crédito e dos recursos de clientes. Ainda relativamente à estrutura do balanço, importa referir que à semelhança dos anos anteriores o peso da rubrica "ativos não correntes detidos para venda" continuará com um peso insignificante (inferior a 0,01%), valor que corrobora o princípio de gestão prudente que tem sido implementado na CCAM.

2.9 EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS RÁCIOS

Perspetivando o impacto das previsões realizadas no valor dos rácios do normativo definido pela Caixa Central, verificamos que a CCAM cumprirá a generalidade dos rácios apresentados, com exceção do Rácio de Eficiência, o qual, como podemos verificar, apresenta já uma degradação ao longo de 2018. A degradação deste Rácio está relacionada com a necessidade de admissão de novos colaboradores que a CCAM realizou para poder cumprir com todas as exigências regulamentares impostas pelo Banco de Portugal.

Rácio	Orientação	31-12-2016	31-12-2017	31-12-2018*	31-12-2019**
Crédito Vencido Líquido/Crédito Total Líquido	≤ 3%	0,34%	1,59%	1,34%	1,42%
Crédito Vencido Bruto /Crédito Total	≤ 5%	5,19%	5,22%	3,60%	3,60%
Rácio de Eficiência	< 60%	58,81%	64,36%	69,12%	73,60%
Produtividade: - Activo Líquido/Nº Empregados	> € 3.000.000	5.907.497	5.200.015	5.142.593	5.246.226
- Produto Bancário/Nº Empregados	> € 110.000	155.058	137.617	136.438	135.036
Comissões Líquidas/Produto Bancário	> 20%	25,42%	27,95%	29,62%	31,54%
Rácio de Transformação	< 85%	86,77%	86,40%	80,75%	76,90%

* Estimado ** Orçamentado

Do quadro acima verificamos que, com exceção do Rácio de Eficiência, a CCAM deverá cumprir com todos os restantes rácios do normativo da Caixa Central, salientando-se os rácios de produtividade, os quais previsivelmente registarão uma variação positiva.

Por fim, apesar dos condicionalismos referidos no presente documentos que condicionam as demonstrações financeiras previsionais, como a expectativa de manutenção de um cenário de taxas muito baixas, e como se conclui da análise dos mapas aqui apresentados, o exercício de 2019 continuará a contribuir, à semelhança dos anteriores, para a solidez patrimonial da CCAM do Douro e Côa.

Indicadores Bancários			
	2017 Real	2018 Estimativa	2019 Previsão
Qualidade de Crédito			
Rácio de Crédito Vencido	7,0%	3,6%	3,6%
Rácio de Cobertura de Crédito Vencido	125,6%	243,3%	233,4%
Rácios de Rentabilidade			
RAI / Activo Líquido	1,0%	0,9%	0,6%
PB / Activo Líquido	2,6%	2,5%	2,2%
RAI / Capitais Próprios	6,4%	5,9%	4,0%
Margem Financeira / PB	71,8%	71,6%	69,8%
Comissões Líquidas / PB	28,1%	29,6%	31,5%
Rácios de Eficiência			
(Gastos de Funcionamento* + Amortizações do Exercício) / PB	64,4%	68,8%	73,6%
Gastos com Pessoal / PB	37,3%	36,9%	40,5%
Rácio de Transformação			
Rácios de Transformação (inst.16/2004 BdP)	78,7%	73,6%	70,0%
Rúbricas			
Activo Líquido	133.276.337 €	136.357.017 €	145.205.971 €
Margem Financeira	2.511.624 €	2.437.204 €	2.261.290 €
Produto Bancário (PB)	3.497.086 €	3.402.557 €	3.240.881 €
Resultados Antes de Impostos	1.290.977 €	1.207.839 €	871.011 €
Capitais Próprios	20.079.516 €	20.426.390 €	21.764.062 €

(*) Exclui custos não recorrentes (nomeadamente referentes a processos de reorganização interna, se aplicável).

De forma a facilitar a leitura e compreensão deste Plano de Atividades e Orçamento para 2019, seguem-se um conjunto de mapas como documentos de apoio, que farão parte da análise e discussão do mesmo, que apresentam e correspondem à atividade sintetizada da Instituição.

São João da Pesqueira, 4 de dezembro de 2018.

O Conselho de Administração

3. MAPAS

3.1 BALANÇO PREVISIONAL

BALANÇO	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2018E	31.12.2019P
Caixa e Disponibilidade em Bancos Centrais	594 461	445 961	445 961	395 400
Disponibilidade em Outras Instituições de Crédito	1 862 819	1 101 818	1 146 828	1 163 389
Activos Financeiros	543 784	548 154	548 154	548 154
Aplicações em Outras Instituições de Crédito	0	0	0	0
Aplicações na CCCAM	43 244 063	53 490 852	49 026 155	57 577 589
Crédito a Clientes Bruto	83 854 322	80 564 462	81 947 551	82 438 028
Crédito a Empresas	62 744 646	59 745 599	60 478 626	60 628 839
Crédito a Particulares	21 109 676	20 818 863	21 468 925	21 809 189
Habitação	16 954 336	17 066 721	17 769 997	18 084 770
Pessoal	4 155 340	3 752 142	3 698 928	3 724 419
Provisões para Crédito	-7 414 566	-6 985 896	-7 251 300	-7 298 800
Activos Não Correntes detidos para Venda	633	1 125	1 125	1 125
Outros Activos Tangíveis	3 802 976	3 772 410	3 735 546	3 588 465
Activos intangíveis	0	0	0	0
Investimentos em Filiais, Associadas e Emp. Conjuntos	4 691 403	4 691 403	4 691 403	4 691 403
Activos por Impostos Correntes	62 812	0	0	0
Activos por Impostos Diferidos	1 680 348	1 839 192	1 794 182	1 828 182
Outros Activos	353 281	194 240	271 411	273 036
Total do Activo	133 276 337	139 663 721	136 357 017	145 205 971
Recursos de Bancos Centrais	0	0	0	0
Recursos de OIC	0	0	0	0
Recursos da CCCAM (TLTRO)	12 434 319	17 267 618	12 260 009	13 951 890
Recursos de Clientes e Outros Empréstimos:	97 181 767	101 145 362	101 482 199	107 289 301
Depósitos à Ordem	35 112 442	37 142 961	37 542 961	43 225 376
Depósitos a Prazo e Poupança	62 014 171	63 963 169	63 900 006	64 024 693
Outros Depósitos	55 154	39 232	39 232	39 232
Passivos Subordinados e títulos de investimento	0	0	0	0
Empréstimos subordinados FGCAM	0	0	0	0
Empréstimos subordinados CCAM / CCCAM	0	0	0	0
Títulos de investimento	0	0	0	0
Provisões	118 553	133 327	133 327	133 327
Outros Passivos	3 462 182	714 461	2 055 091	2 067 391
Total do Passivo	113 196 821	119 260 769	115 930 626	123 441 910
Capital próprio				
Capital	12 716 815	13 170 630	13 185 139	13 804 039
Reservas de Reavaliação	14 484	14 484	14 484	14 484
Outras Reservas e Resultados Transitados	6 402 039	6 322 188	6 322 188	7 226 767
Resultados do Exercício	946 178	895 649	904 579	718 772
Total do Capital	20 079 516	20 402 952	20 426 390	21 764 062
Total do Capital + Passivo	133 276 337	139 663 721	136 357 016	145 205 971

3.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2017	Jan-Set 2018	2018E	2019P
Juros a Receber				
Juros de Disponibilidades em OIC	0	0	0	0
Juros de Disponibilidades na CCCAM	221 338	117 201	135 216	101 274
Juros de Crédito a Empresas	1 470 729	1 009 928	1 327 537	1 252 553
Juros de Crédito a Particulares:				
Habituação	968 598	724 796	951 110	898 537
Pessoal	255 220	210 808	284 018	293 265
Juros de Crédito Vencido	713 378	513 988	667 091	605 272
Juros TLRO	39 373	39 212	53 180	53 499
Juros de Rendimentos de Activos Financeiros	0	0	86 869	55 808
	16 516	12 353	16 471	15 647
"+" Total de Juros e Rendimentos Similares	2 716 555	1 903 491	2 570 383	2 377 317
Juros a Pagar				
Recursos de Bancos Centrais	0	0	0	0
Recursos de OIC	0	0	0	0
Recursos da CCCAM (TLTRO)	22 937	3 443	0	0
Empréstimos Subordinados (FGCAM)	0	0	0	0
Empréstimos Subordinados (CCAM/CCCAM)	0	0	0	0
Empréstimos Subordinados (Títulos de investimento)	0	0	0	0
Recursos de Clientes - Depósitos à Ordem	3 932	3 942	5 285	5 581
Recursos de Clientes - Depósitos a Prazo e poupança	178 062	95 968	127 894	110 445
Amortização Activos Financeiros	0	0	0	0
"-" Total de Juros e Encargos Similares	204 931	103 354	133 179	116 027
Margem Financeira	2 511 624	1 800 138	2 437 204	2 261 290
Comissões de comercialização de produtos das Empresas:	240 839	114 246	224 306	229 837
CA Seguros (seguros não vida)	176 771	100 502	158 298	165 244
CA Vida (seguros vida, produtos de capitalização e fundos de pensões)	64 068	13 744	66 008	64 593
Outras Comissões Líquidas	741 770	558 995	783 608	792 363
Total de comissões líquidas	982 609	673 241	1 007 914	1 022 200
Rendimentos de Instrumentos de Capital	2	753	1 004	1 004
Resultados de Reavaliação Cambial	-686	2 388	2 184	2 184
Resultados de Alienação de Outros Activos	13 408	16 805	15 550	15 550
Outros Resultados de Exploração	-9 871	-37 150	-61 299	-61 347
Resultados de Activos e Passivos Avaliados ao Justo Valor Através de Resultados	0	0	0	0
Resultados de Activos Financeiros ao Justo Valor Através de Outro Rendimento Integral	0	0	0	0
Produto Bancário	3 497 086	2 456 175	3 402 557	3 240 881
Custos com Pessoal	1 303 398	931 474	1 256 360	1 311 284
Gastos Gerais e Administrativos	806 450	671 122	937 464	926 845
Resultado Bruto de Exploração	1 387 238	853 579	1 208 733	1 002 752
Amortizações do Exercício	140 770	110 217	147 081	147 081
Provisões Líquidas de Reposições e Anulações	-146 233	2 974	3 965	3 965
Imparidade do Crédito Líquida de Reversões e Recuperações	-66 502	-348 751	-83 347	47 500
Imparidade de Outros Activos Financeiros Líquida de Reversões e Recuperações e de Aplicações em IC	-10 021	-56 256	-75 008	-75 008
Imparidade de Outros Activos Líquida de Reversões e Recuperações	178 247	6 152	8 202	8 202
Resultado Antes de Imposto (RAI)	1 290 977	1 139 243	1 207 839	871 011
Impostos Correntes	252 467	243 593	258 260	186 240
Impostos Diferidos	92 332	0	45 000	-34 000
Resultado do Exercício (RL)	946 178	895 649	904 579	718 772

4. PARECER DO CONSELHO FISCAL



PARECER DO CONSELHO FISCAL

No uso das competências conferidas pelo Artigo 32º dos Estatutos, compete ao Conselho Fiscal emitir parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Douro e Côa para o exercício de 2019.

Antes das conclusões sobre as previsões para 2019, o Conselho Fiscal constata, da análise do documento, que os valores estimados para o final de 2018 são ajustados, encontram-se em linha com o histórico recente e têm em consideração a incerteza dos acontecimentos do corrente ano, designadamente evolução das negociações sobre o “Brexit” e a imprevisibilidade política do Presidente de uma das maiores economias do Mundo, Donald Trump. Considera-se, portanto, que aquelas estimativas são ajustadas às atuais condicionantes da atividade financeira e, simultaneamente, ao atual enquadramento económico e político.

Relativamente às previsões apresentadas para o exercício económico de 2019, verificou o Conselho Fiscal que, as previsões financeiras apontam para um ligeiro decréscimo no resultado bruto de exploração face ao período homólogo, justificado pela pressão sobre a margem financeira, uma vez que a perspectiva de evolução do principal indexante das operações de crédito é de manutenção em mínimos históricos, taxas de juro negativas, pelo menos até ao Verão do próximo ano. No entanto, as previsões apontam para que 2019 seja mais um ano no qual a situação financeira e patrimonial da CCAM do Douro e Côa sairá reforçada.

Para 2019 espera-se a manutenção dos níveis de crédito vencido, traduzindo, esta previsão, uma visão prudente da evolução esperada para a resolução de alguns processos que se encontram em reclamação judicial.

No global, salienta-se que as projecções constantes no documento, no que respeita às várias rubricas e objetivos garantem a prossecução de um dos principais objetivos da CCAM, a intervenção social, permitindo canalizar recursos para continuar a apoiar as mais variadas instituições que recorrem ao nosso apoio e as quais, na medida do possível, vão sendo apoiadas.

Assim, em face ao exposto, o Conselho Fiscal, no âmbito das suas competências, emite parecer favorável ao Plano de Actividades e Orçamento para 2019 e propõe a sua aprovação.

São João da Pesqueira, 04 de Dezembro de 2018



Paulo André

Teixeira Nobre Phere

CCAM do Douro e Côa
Sede: Av. Barão de Forrester, 45 5130-578 S. João da Pesqueira - Tel. (00351) 254 489 100 - Fax (00351) 254 484 354 - dourecoea@creditoagricola.pt
Agências: Ervedosa do Douro - Freixo de Numão - Mêda - S. João da Pesqueira - Trevões - Vila Nova de Foz Côa
Linha Directa 808 20 60 60 - linhadirecta@creditoagricola.pt - 24 horas por dia, com atendimento personalizado de 2ª a 6ª Feira das 8:30 às 23:30 horas;
Sábados, Domingos e Feriados das 10:00 às 23:00 horas
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Douro e Côa, CRL - Capital Social € 11 689 550,00 (variável) - Matricula Cons. Reg. Com. de S. João da Pesqueira e N.I.F. 500 900 159